



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ESCRITA

As autoridades devem resolver, quanto antes, o problema do pavimento da

Habitação Social de Mong-Há

“Habitação para todos, bem-estar para todos” é o objectivo da política de habitação do Governo da RAEM. As autoridades têm implementado o princípio “ter por base a população”, defendido pelo Governo nas LAG, com vista à distribuição racional dos recursos públicos, à garantia do direito à habitação dos cidadãos, ao desenvolvimento activo dos projectos de habitação pública e ao apoio às famílias com baixos rendimentos na resolução dos seus problemas habitacionais. Desde 2007, as autoridades desenvolveram o plano de construção de habitação social, dando grande importância aos problemas habitacionais dos residentes, e envidaram todos os esforços para concretizar o objectivo de construir, faseadamente, 19 mil fracções de habitação pública até 2012.

O Edifício Mong Sin de Habitação Social de Mong-Há, projecto da 1.^a fase na referida zona, foi oficialmente concluído em 2010. Já em Dezembro de 2023, alguns Deputados à Assembleia Legislativa referiram que havia problemas de “desprendimento de azulejos” [1], e recentemente, um idoso caiu, porque o pavimento estava escorregadio, e teve de ser transportado até ao hospital. Esta situação é preocupante. O Edifício Mong Sin situa-se na Avenida de Venceslau de Moraes, n.^{os} 178-182 e na Rua do Padre Eugénio Taverna, n.^{os} 3-5, existe uma paragem de autocarros na entrada do Bloco I e um parque de estacionamento público ao lado do Bloco II, por onde normalmente passam mais pessoas. Na zona do corredor público do Bloco I do Edifício Mong Sin, em direcção ao rés-do-chão do Bloco II, os ladrilhos ficam muito escorregadios nos dias de chuva, e facilmente provocam quedas [2]. Para além disso, para melhor responder às necessidades de deslocação dos portadores de



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

deficiência, nas vias envolventes à habitação social, nas zonas de lazer e no átrio, estão instalados pisos tácteis direccionais, no entanto, têm ocorrido acidentes, pessoas que escorregam e sofrem entorses devido à danificação sucessiva dos ladrilhos e à sua baixa resistência ao escorregamento, afectando gravemente a segurança das deslocações diárias dos cidadãos. As autoridades prestaram a devida atenção a este problema, mas devido à imputação de responsabilidades, nenhum serviço público acompanhou o assunto e se responsabilizou, por isso, a situação continua por resolver.

As obras viárias em Macau envolvem diferentes serviços públicos e entidades concessionárias, por exemplo, o Instituto para os Assuntos Municipais responsabiliza-se pela manutenção e reparação das vias; o Gabinete para o Desenvolvimento de Infra-estruturas responsabiliza-se pela construção de novas vias; e a Direcção dos Serviços de Solos e Construção Urbana responsabiliza-se pela repavimentação, após a conclusão das obras de grande envergadura, e pela instalação das redes de abastecimento de água e electricidade. Por isso, a cooperação entre os serviços públicos e as entidades concessionárias é legalmente vinculada.

Assim sendo, interpelo sobre o seguinte:

1. Sabe-se que existem diferentes serviços responsáveis pelo reordenamento das obras públicas, assim, com vista a garantir a segurança das deslocações dos residentes, as autoridades devem deixar de lado a questão das competências e responsabilidades e designar um serviço responsável pela reparação do pavimento no local em causa, com vista a resolver a situação, quanto antes, e a concretizar o princípio de “ter por base a população”. Vão fazê-lo?

2. No pressuposto da falta de divisão clara das competências e responsabilidades, os serviços públicos receiam que a realização de obras de reparação possa não estar



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

em conformidade com os princípios de auditoria. Assim sendo, as autoridades devem tratar o assunto de forma flexível, com vista a salvaguardar, em primeiro lugar, os direitos e interesses do público. Como é que vão fazê-lo?

3. Tendo em conta a situação dos ladrilhos nas habitações públicas e nos passeios, as autoridades devem definir critérios uniformes, isto é, critérios de resistência ao escorregamento, critérios para a vistoria, para a inspeção, etc., devem definir normas mais aperfeiçoadas e rigorosas para a execução das obras e para as obras de manutenção e, ainda, criar um mecanismo de inspeção periódica, tudo isto com vista a assegurar a qualidade dos ladrilhos de todas as habitações públicas e passeios de Macau. Vão fazê-lo?

[1] 26 de Dezembro de 2023, Jornal do Cidadão, “Mais um caso de ‘desprendimento de azulejos’ no Edifício do Lago. Lam U Tou dá aval à passividade do Governo”.

[2] 9 de Junho de 2024, Hoi Tang Fong, Chefe do Centro Comunitário de Mong-Há da União Geral das Associações dos Moradores de Macau, apela à cooperação interdepartamental para a resolução do problema dos ladrilhos escorregadios.

14 de Agosto de 2024

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM

Leong Hong Sai